

Um novo Bope em 20 dias

Comissão tem até o fim do mês para propor mudanças no batalhão

RICARDO MARQUES

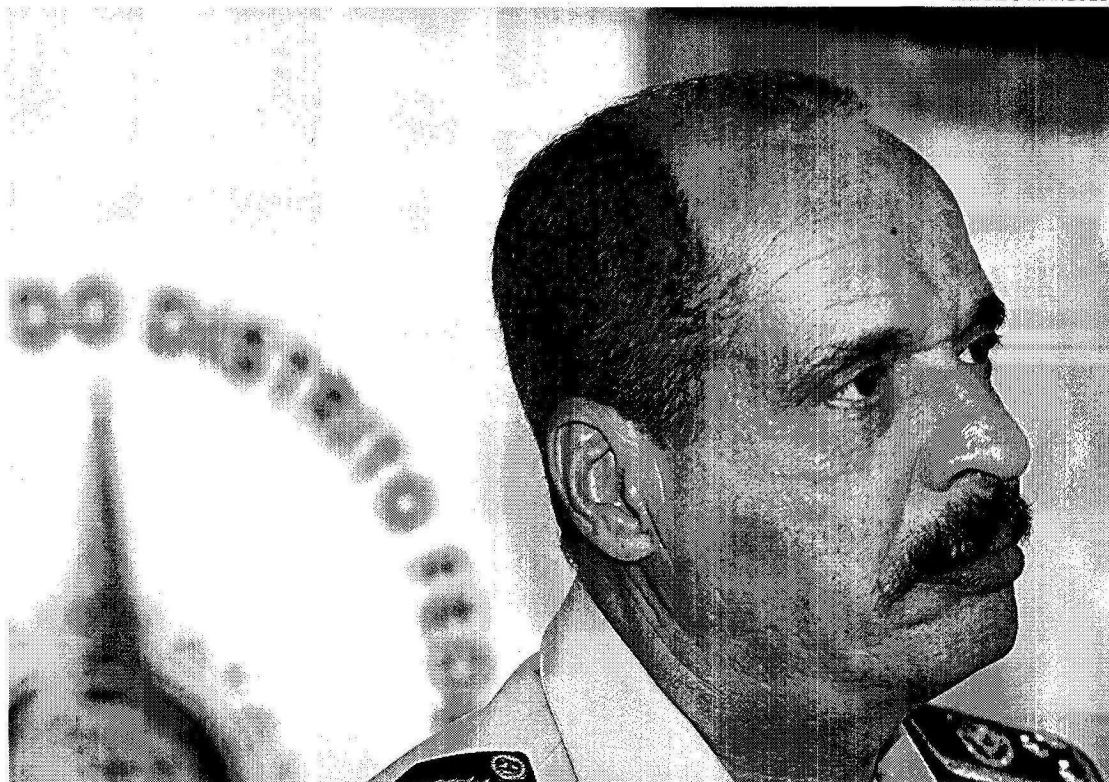
ANNA HALLEY

As sete pessoas que apresentarão a proposta de redefinição das atribuições do Batalhão de Operações Especiais (Bope) começam a trabalhar hoje. A comissão, formada por integrantes da Polícia Militar, tem até o fim de janeiro para concluir o projeto e entregá-lo ao comando da corporação.

As mudanças no Bope ocorrerão por ordem do governador Joaquim Roriz. Na semana passada, ele assinou um decreto determinando que se estabelecesse limites na atuação dos policiais que integram o grupamento. Até a proposta ser aprovada, o Bope só poderá agir a mando do coronel Renato Azevedo, comandante-geral da PM. Desde a publicação do decreto, no dia 5 de janeiro, os 580 policiais do Bope não cumpriram nenhuma missão.

A decisão do governador foi motivada pela agressão cometida por PMs do Bope contra cinco jovens, na madrugada do Réveillon. Um cinegrafista amador flagrou a violência e o número do carro do Bope usado pelos cinco policiais que fizeram a abordagem, perto da Torre de TV. Nas cenas, um policial pega um rapaz pelos cabelos e roda-o em torno do corpo. Segundo os quatro jovens que depuseram na Corregedoria da PM, eles levaram tapas, socos e chutes. A quinta vítima ainda não foi localizada.

Os militares envolvidos fo-



Comandante-geral da PM, coronel Renato Azevedo escolheu os membros por experiência e competência

ram identificados pela PM. Quatro soldados estão na Diretoria de Pessoal da corporação, onde farão serviços burocráticos até o fim das investigações. Em depoimento à Corregedoria, negaram a agressão. O quinto militar que participou da abordagem estava de folga, fora da cidade, quando a PM soube da violência. Ele deveria ter se apresentado ontem, mas não retornou. Após oito dias do fim da dispensa, será considerado desertor e poderá até ser expulso da corporação.

Após a agressão, o coronel Azevedo determinou que os policiais do Patamo (Patrulhamento Tático Móvel) – uni-

dade da qual faziam parte os acusados – assistissem a palestras sobre direitos humanos. Ele ressalta que a imagem da PM não deve ser arranhada por causa da agressão. "No fim de ano, os 10 mil policiais que estiveram nas ruas salvaram vidas. Não é justo que se julgue uma corporação de quase 17 mil militares pelo que aconteceu."

CRITÉRIO – De acordo com o comandante-geral da PM, a escolha dos integrantes foi criteriosa. "Selecionei por competência e experiência", diz. Entre os membros, estão dois militares formados em direitos humanos, uma oficial mé-

dica especializada em medicina do trabalho e uma psicóloga da PM. O presidente é o corregedor-adjunto da corporação, tenente-coronel Paulo Roberto Hirofumi.

Embora só integrantes da PM façam parte da comissão, os trabalhos serão acompanhados pelo promotor de Justiça Nísio Tostes. Segundo ele, as queixas contra PMs no Ministério Público não são raras. Ele acredita que as atribuições do Bope deveriam ter sido revistas antes. "Há algum tempo o Bope merecia uma reformulação. Sua atuação é diferenciada. Quando ele entra em ação é porque os meios normais não são suficientes."